SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/03/2015 - Teletime

Qualidade da banda larga fecha 2014 ainda com deficiências

A qualidade da banda larga fixa e móvel continua deficiente no país, conforme dados divulgados nesta segunda-feira, 16, pela Anatel, referentes às medições realizadas no último trimestre de 2014. Entre as operadoras celulares, a TIM apresentou os piores números, seguido da Oi. A Vivo também apresenta problemas em alguns estados e a Claro, em melhor situação, ficou abaixo da meta em um único estado no mês de dezembro. Porém, no mês de outubro, os resultados dessa operadora deixaram de ser apresentado por inconsistência nos dados.

No mês de outubro, a TIM apresentou resultados abaixo da média em 14 estados, enquanto a Oi mostrou deficiência em 12. A Vivo deixou de cumprir as metas em três estados.

Em novembro, o número de estados com insuficiências na rede da TIM subiu para 15 e na rede da Oi, para 14. A Vivo também deixou de atender as metas estabelecidas pela Anatel em 11 estados.

Já em dezembro, a TIM apresentou deficiências no mesmo número de estados que no mês anterior, em 15. A Oi deixou de cumprir as metas de qualidade em 11. A Vivo ficou abaixo das metas em oito e a Claro, apresentou deficiências na rede de um só estado.

Na banda larga fixa, a Oi, única a oferecer o serviço em todos os estados, com exceção de São Paulo, descumpriu as metas de qualidade em seis estados no mês de outubro; 16, no mês de novembro e 14, em dezembro de 2014.

A rede da NET apresentou problemas em dois estados, em outubro; dois em novembro e um em dezembro. A GVT ficou abaixo da meta em cinco estados em novembro e igual número em dezembro do ano passado.

Medições

A medição da banda larga móvel se dá por meio de equipamentos de monitoração de qualidade do serviço, instalados em escolas atendidas pelo Projeto Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas. São acompanhados os indicadores de taxa de transmissão instantânea - velocidade e upload e download apurada no momento de utilização da internet pelo usuário; e taxa de transmissão média, média das medições de velocidade instantânea apuradas durante o mês.

Na banda larga fixa, os resultados são registrados pelos medidores (whiteboxes) instalados nos domicílios de voluntários selecionados. Foram acompanhados especialmente os indicadores de velocidade instantânea - velocidade de upload e download apurada no momento de utilização da internet pelo usuário; e velocidade média - média das medições de velocidade instantânea apuradas durante o mês. Veja os indicadores aqui, aqui e aqui.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/03/2015 - Teletime

Em meio a consultas, regulamentação da neutralidade ainda carece de definições

Ainda em consulta pública pelo Minisério da Justiça e pelo Comitê Gestor da Internet, a regulamentação das exceções técnicas do Marco Civil continua mostrando que a neutralidade de rede necessita de um debate que vai além da semântica, propondo uma ampla visão que possa garantir que o conceito sobreviva a interesses puramente econômicos. Durante o Seminário Marco Civil da Internet: Neutralidade e Proteção de Dados Pessoais, promovido pela associação de defesa do consumidor Proteste e que aconteceu nesta terça-feira, 17, em São Paulo, representantes do governo e especialistas mostraram que não há consenso, tampouco um caminho ideal para se falar em exceções ao tratamento dado a pacotes na Internet.

"A própria definição de neutralidade é um processo em disputa, mas considero que o Marco Civil faz certo, com a palavra-chave em isonomia", afirma a diretora do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Miriam Wimmer. Ela alega que o conceito deve ser entendido no contexto de um complexo conjunto de relações comerciais, que englobam uma topologia híbrida na arquitetura da Internet no Brasil hoje: enquanto as grandes operadoras se valem de conteúdos em cache nas redes de distribuição de conteúdo (CDNs), há pequenos provedores (ISPs) que precisam buscar tráfego em redes Tier 1 internacionais, degradando sensivelmente a experiência do usuário final.

Miriam ressalta que, até por ainda estar em consulta pública, o Minicom ainda não conta com um posicionamento a respeito das propostas, mas, na opinião pessoal dela, defende as diferentes formas de gerenciamento de rede de acordo com aplicações. "O best-effort não atende sempre, tem de considerar como tratar o conceito de isonomia, que é entre tipos de aplicações: ou seja, não pode priorizar o Skype por outros serviços de VoIP, mas pode Skype em cima do e-mail", exemplifica. Ela elogia ainda a Federal Communications Commission (FCC), nos Estados Unidos, que abordou o tema de maneira principiológica.

Para o vice-presidente sênior da organização civil norte-americana Publick Knowledge, Harold Feld, o importante é que as regras não permitam a má fé por parte das empresas. Ele cita o caso de 2008 nos Estados Unidos, quando a operadora Comcast negou que houvesse bloqueio em aplicativos peer-to-peer (p2p), como o bit torrent. "Se você reclamasse, diziam que não bloqueavam, e isso era mentira. Demorou quase um ano para a FCC impedir isso, e então a Justiça disse que a Comissão não tinha autoridade. Ou seja: não precisou de muito para os ISPs começassem a bloquear tráfego", declarou.

Na visão dele, é importante que as regras de neutralidade propostas pela FCC sejam aplicadas, já que colocam nas mãos de um regulador essa relação com o consumidor que acabava em práticas abusivas das empresas. Feld lembra que a Internet nos EUA já havia passado por uma abordagem de regulação leve em 2004. "Por que jogamos fora o framework de dez anos? Porque o que fizemos não funcionou, falhou em todos os níveis, falhou em produzir competição. Tínhamos 3 mil ISPs e agora temos dois no mercado (em determinados locais, considerando velocidades acima de 20 Mbps), se tiver sorte. Talvez seja melhor no mercado móvel, mas ele não é um substituto para a banda fixa".

Ele critica ainda o argumento de provedores, como a AT&T e a associação de cabo dos EUA, a NCTA, que afirmam que a neutralidade de rede impediria investimentos para ampliar infraestrutura e diminuiriam margens de receita. "Isso é simplesmente uma mentira, nunca houve isso antes. Nunca vou entender porque as pessoas acreditam (nas operadoras), mas entendo porque elas dizem. E garanto: a neutralidade de rede não tem nada a ver com investimento em infraestrutura", esbraveja.

Leia mais em:

http://www.teletime.com.br/17/03/2015/em-meio-a-consultas-regulamentacao-da-neutralidade-ainda-carece-de-definicoes/tt/407125/news.aspx

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/03/2015 - Teletime

Comitê de usuários da Anatel ganha novas atribuições e integrantes

A Anatel publicou, nesta terça-feira,17, o novo regimento interno do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (Cdust), ampliando as atribuições desse órgão opinativo e incluindo a participação de usuários dos serviços, independentes das associações de consumidores, e de um representante de entidade de classe de prestadoras de pequeno porte que, no entanto, não terá direito a voto.

Outra alteração é que o comitê poderá obter cópia integral dos autos ainda em fase de consultas internas, para análise e elaboração de críticas e sugestões, que serão apresentadas ao relator da matéria perante o conselho diretor, antes da aprovação da proposta de normatização que irá à consulta pública. Com isso, os integrantes poderão iniciar suas discussões sobre temas de consumidores ainda em tramitação na Anatel.

O processo de escolha dos integrantes do comitê também sofreu alteração. A partir de agora, na seleção dos representantes dos usuários de serviços de telecomunicações deverá ser observada, sempre que possível, a representatividade dos candidatos na defesa dos interesses dos usuários de telecomunicações em área urbana, em área rural, e dos usuários corporativos.

O Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações tem como finalidade assessorar e subsidiar o Conselho Diretor da Anatel no exercício de suas competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações dos direitos dos usuários de serviços de telecomunicações.

Além de representantes dos consumidores, o comitê conta também com a participação de integrantes da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom), do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério das Comunicações e da própria Anatel, que preside o Cdust.

17/03/2015 - Carta Maior

Jornalismo tendencioso ameaça sobrevivência do sistema Globo

Este é o exato momento político em que se deve dividir o monopólio da Globo para fomentar um novo jornalismo para o Brasil.

A Globo caminha para a quebra. Se isso acontecer será culpa quase exclusiva de seu Departamento de Jornalismo. É que se alguém quiser se aproveitar da situação para comprar a Globo encontrará a seu favor o mais arrogante, mais pretensioso, mais insolente grupo de "formadores de opinião" como nunca se viu antes na história deste país, e com poderes ilimitados. Isso porque os donos são ausentes ou incompetentes, e nada trava a libertinagem televisiva e jornalística que se enfia goela baixo do cidadão daqui e do exterior, todos os dias, num exercício jamais observado de manipulação política pela via da emoção.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Há dois patamares no caminho da Globo para o fracasso. O primeiro é o Jornal Nacional, ligeiramente mais discreto na sua cruzada diária pela desinformação. Conduzido por William Bonner, que lembra um propagandista de sabonete, traz sempre uma mistura bem preparada de fatos e emoção direcionada para a busca de telespectadores a qualquer custo, mesmo quando esse custo significa subverter a verdade. A distorção a favor dos ricos é limitada apenas pelo medo de perder audiência no horário nobre, na medida em que grande parte dela é de famílias pobres beneficiárias dos programas sociais do PT.

É no Jornal da Globo, contudo, que os noticiaristas e comentaristas da Globo saem do armário. Aí a manipulação da opinião pública passa a ser um jogo aberto. Começa com a figura burlesca de William Wack anunciando todas as pragas do Egito sobre o Brasil. Ele tem, como o JN, prazer em noticiar tragédias, coisas que comovem. Mas, com muitos graus de emoção sobre o Jornal Nacional, despeja na audiência, formada sobretudo por gente de classe média que não tem compromisso com horário no dia seguinte, o que essa audiência enviesada quer ouvir na sua sanha lacerdista de apelos hipócritas contra a corrupção.

Mas William Wack é um casca grossa: manipula o noticiário de acordo com suas preferências pessoais, acrescentando ao sabor da notícia deformada esgares de palhaço de circo. Cabe a Sardenberg um papel aparentemente mais sutil, como me observou Jânio de Freitas, o maior jornalista político do Brasil em atividade, já que ele é mais venenoso por divulgar os conceitos da economia política favoráveis aos ricos dentro de uma carcaça insidiosa de neutralidade técnica, como todo bom charlatão. Ele agrada aos poderosos e ao mesmo tempo engana os pouco pobres que resistem a assistir a tevê até de madrugada.

O Jornal da Globo tem, portanto, uma interação intelectual e moral afetiva com ricos e poderosos. Sua eficácia, conforme Marx, está no fato de que a ideologia da sociedade é a ideologia da classe dominante. Quando a classe dominante dispõe inteiramente da mídia, sem concorrência - porque, no campo da ideologia, a quase totalidade dos maiores jornais, revistas e tevês está do lado e de mãos dada com uma direita sórdida e indiferente aos destinos da sociedade -, o campo político fica inteiramente aberto, inclusive para golpes brancos.

Poderia continuar enchendo laudas e laudas de adjetivos contra a dupla do Jornal da Globo e contra outra dupla igualmente perniciosa para a democracia, os comentaristas do jornal Globo Míriam Leitão e Merval Pereira. Este não merece muita tinta, porque é apenas ignorante – na acepção semântica da palavra. Míriam, porém, como Sardenberg, é astuta. Passa a ideia de que sabe economia, quando o que realmente sabe é identificar economistas de direita, como ela, e dar-lhes espaço franco em sua coluna diária e sórdida na Globo News.

O noticiário econômico brasileiro, de jornal e de tevê, está dominado por entrevistas e artigos de economistas de banco. Galbraith, com sua fina ironia, dizia que não se sentia à vontade para acreditar em opiniões econômicas de quem tem interesse próprio em jogo. A rede Globo e os jornalões, assim como as revistas semanais (exceto Carta Capital), apoia seu noticiário econômico em economistas de banco com o maior descaramento. Assim, são os economistas de banco que estão fazendo a cabeça de milhões de brasileiros sobre economia.

Trabalhei anos na editoria econômica do Jornal do Brasil, de que fui subeditor, e jamais entrevistei um economista de banco. Trabalhei anos como repórter econômico da Folha de S. Paulo e jamais entrevistei, para publicação, um único economista de banco. Agora são esses economistas que dominam o noticiário econômico com seus próprios interesses. Acaso é esse tipo de liberdade de expressão e de opinião publicada que interessa ao Brasil? Ou é o momento em que se deve pensar em dividir o monopólio do Globo e fomentar um novo jornal no Rio para o Brasil?

P.S. Não é do meu estilo fazer ataques pessoais. Entretanto, o Sistema Globo foi dividido em três capitanias, uma para cada herdeiro, e as capitanias em sesmarias, cada uma sob o comando de um jornalista no caso do Departamento de Jornalismo. Assim, não adianta falar, quando se trata de formação de ideologia, de um sistema global. É preciso identificar pessoalmente os donos das sesmarias jornalísticas, como procurei fazer. Não fosse tão grande o Sistema Globo, amainaria minhas críticas. Como é grande demais, e eu muito pequeno, pode perfeitamente suportar o choque!

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/03/2015 - CUT

Mineradora Vale é autuada por trabalho escravo

Foram encontrados 411 motoristas terceirizados, sendo 309 em situação análoga à escravidão

A Vale, uma das maiores empresas de mineração do mundo, foi autuada pelo governo federal por reduzir trabalhadores à condição análoga à escravidão. A autuação é fruto de uma ação conjunta do Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal, realizada na primeira semana de fevereiro em um centro de operações no município de Itabirito (MG).

A fiscalização verificou que trabalhadoras e trabalhadoras responsáveis por dirigir caminhões com minério de ferro entre duas minas da empresa estavam submetidos a condições degradantes e jornadas exaustivas.

Os motoristas eram terceirizados, ou seja, contratados por uma empresa que prestava serviços à Vale. Segundo os órgãos fiscalizadores, o transporte de minério é uma atividade fim na mineração, o que torna a terceirização ilegal nesse caso, permitindo responsabilizar a mineradora.

Foram encontrados 411 motoristas terceirizados. Destes, 309 foram considerados em situação análoga a de escravos. Foram lavrados 32 autos de infração cobrindo todas as infrações encontradas. "A Vale é a responsável por esses motoristas, não há dúvida disso", afirmou a procuradora do trabalho Adriana Augusta de Moura Souza, que abriu um inquérito para investigar a caracterização de trabalho escravo.

"A Vale sabia de tudo e deixou correr solto. Temos um relatório em que eles detectam e registram mais de 30 inconformidades nessa terceirizada", diz o auditor fiscal Marcelo Campos, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo em Minas Gerais e responsável pela ação.

Situação degradante

De acordo com os agentes que participaram da fiscalização, o banheiro usado pelos motoristas jamais havia sido limpo. Muitas vezes, os trabalhadores eram obrigados a fazer suas necessidades ao ar livre, na estrada.

Também não havia acesso à água potável ou locais para tomar banho, o que fazia com que tivessem de voltar sujos para suas casas. Além disso, a empresa terceirizada "incentivava" jornadas extras em troca de prêmios, nunca pagos. Houve o relato de um caso em que um motorista dirigiu por 23 horas seguidas, com apenas um intervalo de 40 minutos.

Em nota, a Vale negou qualquer irregularidade nas operações em Itabirito. A empresa terceirizada, Ouro Verde, afirmou que as infrações constatadas em relação à jornada de trabalho seriam "decorrentes de problemas sistêmicos no relógio ponto". Sobre as premiações, disse que "por conta dos problemas nos relógios pontos, não foi possível apurar os resultados obtidos pelos empregados e realizar o pagamento dentro do prazo prometido. A empresa, no entanto, por medida de justiça com o trabalhador, optou por pagar a premiação a todos os elegíveis, independentemente da aferição ou não do resultado".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/03/2015 - RBA

Suspensão de 'lista suja' do trabalho escravo no Brasil é denunciada na ONU

Denúncia foi feita na sexta-feira (13) ao Conselho de Direitos Humanos; portaria suspensa pelo STF impedia concessão de crédito ou subsídio público a empresas flagradas utilizando mão de obra escrava

Trabalhadores explorados: lista suja seria um forte aliado para impedir empresas de cometerem abusos

A suspensão da chamada 'lista suja' do trabalho escravo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida em dezembro último, por decisão liminar do presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, foi alvo de denúncia na sexta-feira (13), no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. A portaria que foi suspensa pelo STF impedia a concessão de crédito ou subsídio público a empresas flagradas utilizando mão de obra escrava.

Em pronunciamento oral durante a 28ª sessão do Conselho, as organizações Conectas e Repórter Brasil sustentaram que o fim da lista cria um vácuo normativo, permitindo que cerca de 600 empresas e pessoas continuem explorando trabalhadores com recursos públicos.

Leia aqui a íntegra do discurso.

"Aparentemente, uma ação concertada por segmentos da indústria, frequentemente incluídos na lista, foi bem sucedida, pela porta dos fundos, em obter alívio temporário", afirmaram.

As entidades também solicitaram uma visita ao Brasil da relatora especial para Formas Contemporâneas de Escravidão, Urmila Bhoola, a fim de avaliar o impacto da decisão do STF no combate ao trabalho escravo.

"A decisão de Lewandowski acabou com uma 'lista suja', mas isso não significa que outras não possam ser elaboradas", afirma Marcel Gomes, da Repórter Brasil. "As empresas e o governo não podem ficar de braços cruzados. As empresas têm o dever de criarem mecanismos internos para impedirem o beneficiamento de companhias e pessoas que se valem de mão de obra escrava".

Através de um pedido de informações, a Repórter Brasil obteve do Ministério do Trabalho e Emprego uma relação de empregadores autuados e julgados por trabalho análogo à escravidão entre 2012 e 2014. A nova 'lista suja' pode ser acessada aqui.

17/03/2015 - DCM

Datafolha: 82% dos manifestantes em SP votaram em Aécio

Protestar contra a corrupção foi a principal motivação das pessoas que resolveram ir à manifestação de domingo (15) em São Paulo, mostra pesquisa Datafolha feita durante o ato. Este motivo foi citado por quase metade dos entrevistados do instituto.

O pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, usado por alguns dos grupos organizadores do ato, vem em segundo lugar. Foi mencionado por 27%. Protestar contra o PT (20%) e contra os políticos (14%) foram as outras razões mais citadas.

No universo dos 210 mil manifestantes que lotaram a av. Paulista no domingo na contagem do Datafolha, 82% declararam ter votado no tucano Aécio Neves no segundo turno da eleição presidencial de 2014, 37% manifestaram simpatia pelo PSDB e 74% participavam de protesto na rua pela primeira vez na vida.

Como o Datafolha havia feito uma pesquisa semelhante na sexta (13) junto aos manifestantes do ato liderado pela CUT, UNE e MST, entre outras entidades, é possível comparar os perfis dos dois públicos.